

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE EM INCLUSÃO
SOCIAL**

APROVADA

NOTA: 9,0

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVAS DO APRENDER PEDAGÓGICO PARA
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Conceição Aparecida Silva dos Santos

conceiao_aparecida@hotmail.com

Orientador: Prof. Dr. Ilso Fernandes do Carmo

ARAPUTANGA/2015

**AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA COM ÊNFASE EM INCLUSÃO
SOCIAL**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PERSPECTIVAS DO APRENDER PEDAGÓGICO PARA
PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Conceição Aparecida Silva dos Santos

Orientador: Prof. Dr. Ilso Fernandes do Carmo

“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de Especialização em Psicopedagogia com Ênfase em Inclusão Social.”

ARAPUTANGA/2015

RESUMO

As instituições escolares por intermédio de ações do Governo têm nas últimas décadas, buscado promover a inclusão social de alunos com necessidades especiais. No entanto, muitas são as dificuldades encontradas pelos educadores e familiares dessas crianças excepcionais na efetivação dessa inclusão social. Com o intuito de descobrir quais são as principais dificuldades encontradas na educação infantil com relação à inclusão social de excepcionais e o trabalho inclusivo dos educadores. Nesse contexto, esse trabalho se propôs a realizar uma pesquisa de campo em creches na cidade de Araputanga – MT como intuito de verificar as dificuldades encontradas para a realização de um trabalho inclusivo com crianças excepcionais. Através de observação nas escolas e creches da cidade de Araputanga – MT, foi possível perceber as dificuldades encontradas para o trabalho inclusivo na Educação. Notou-se que alguns professores podem não estar preparados para o exercício de uma educação inclusiva, visto que para cada situação o educador deve estar especializado e isso nem sempre acontece. Para que haja a inclusão de alunos excepcionais no cotidiano escolar, o professor deve proporcionar o pleno desenvolvimento da capacidade de participação social visando o exercício da cidadania, apontando sempre para a integração do profissional e a instituição que também deve proporcionar o espaço necessário para que os alunos e professores articulem os saberes pedagógicos. É importante que o educador promova a inclusão do aluno especial e possibilite por meio de ações inclusivas, a formação de um ser crítico, capaz de defender aquilo que acredita e batalhar por seus direitos. Vale ressaltar que a família tem um papel importante nesse processo e que deve juntamente com a equipe multidisciplinar da escola garantir que a criança/aluno sinta-se inserido no contexto educacional e desenvolva-se eficazmente juntamente com os demais alunos.

Palavras-chave: Inclusão. Família. Educação Inclusiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
CAPÍTULO I.....	07
1. ENSINAR É UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A CIDADANIA.....	07
CAPITULO II.....	13
2. FAMÍLIA: ELO ENTRE O EDUCADOR E O EXCEPCIONAL NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....	13
CAPITULO III.....	20
3. O PROFESSOR E O ALUNO “ESPECIAL”: METODOLOGIAS EM DISCUSSÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	30
ANEXOS.....	33

INTRODUÇÃO

De acordo com MENDES (2002), a educação inclusiva é uma proposta de aplicação prática ao campo da educação de um movimento mundial, denominado de inclusão social, o qual é proposto como um novo paradigma e implica a construção de um processo bilateral, no qual, as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Seguindo esta linha de pensamento os PCN's (BRASIL, 1998), dizem que é necessário que haja compreensão sobre a cidadania como participação sócia e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

A pluralidade cultural, intelectual e social que existe dentro da sala de aula traz aos olhos dos professores um exercício sobre a licenciatura, onde não é possível desenvolver um método padrão para todos os alunos, homogeneizando as práticas pedagógicas, mas procurando sempre as singularidades presentes em tal pluralidade.

Entendemos que as discussões sobre inclusão social não é algo novo, e que já acontece a mais de uma década, e em consequência disto, os professores estão percebendo que algumas diferenças não podem ser somente aceitas, mas também trabalhadas como parte integrante da sociedade.

O presente trabalho procura identificar os problemas referentes o ensino para alunos com necessidades especiais, perpassando pelas leis e pelas dificuldades dos profissionais da educação que não foram preparados pela academia, muito menos pelo sistema.

O problema levantado foi como ensinar para portadores de necessidades especiais sem a preparação necessária para os professores? E os objetivos do trabalho são compreender as necessidades pedagógicas de pessoas com necessidades especiais, entender os desafios para o ensino para portadores de necessidades especiais além de conhecer a legislação para essa modalidade de ensino.

Com Paulo Freire em Pedagogia da Autonomia, tomamos conhecimento do

que seria ensinar e como seria ensinar contemplando o ideário de inclusão, pois para Freire, trazer os alunos da esfera da ingenuidade para a esfera crítica, é uma obrigação do professor. Compreendendo que a educação é uma forma de intervenção no mundo, que vai muito além de apenas saber os conteúdos.

Portanto, entendemos que as discussões sobre inclusão social não é algo novo, e que já acontece a mais de uma década, e em consequência disto, os professores estão percebendo que algumas diferenças não podem ser somente aceitas, mas também trabalhadas como parte integrante da sociedade e do mundo escolar. Não podendo deixar somente a cargo de escolas e professores “especiais” a responsabilidade de ensinar História ou mesmo qualquer outra disciplina obrigatória do currículo escolar.

Nesse primeiro capítulo trato do ensino de modo geral como uma contribuição para a construção da cidadania, como uma peça chave na construção do aluno cidadão que se percebe como sujeito histórico.

No segundo capítulo, abordo, especificamente, os casos de três professoras de uma escola da cidade de Araputanga MT, e que atuam diretamente na sala de aula. As metodologias utilizadas por estas professoras são o assunto principal deste capítulo, que procura identificar, através de entrevistas, a mobilidade e a criatividade destas professoras no cotidiano escolar para alunos portadores de necessidades especiais. Ainda neste capítulo, discuto como a falta de metodologias e o desconhecimento e a ausência de conhecimento de certas regras e leis sobre os alunos portadores de necessidades especiais.

VERENA (2003), propiciou analisar as 03 (três) entrevistas com as professoras da Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, que fizeram a segunda parte deste trabalho a mais esperada, pois, assim vislumbraríamos as opiniões de professores que a muito atuam na sala de aula com a pluralidade escolar.

Ainda a respeito das fontes orais, acredito que estas tenham dado um enfoque pessoal, mas de grande relevância a este trabalho. (VERENA, 2003, p. 3 - 4), embasou teoricamente a discussão das entrevistas, dizendo que *“fascina numa entrevista é a possibilidade de tornar a vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência.”*

Procurando finalizar, passo as considerações finais onde encontramos às

constatações sobre o tema e as metodologias sobre o ensino para portadores de necessidades Especiais que se apresentaram ou não, pois muitos professores acreditam que o preparo de metodologias pode ser feito através do improviso, ou mesmo com o uso de metodologias ultrapassadas. É preciso pensar nas práticas que podem nos levar as metodologias acertadas para os alunos portadores de necessidades especiais.

CAPÍTULO I

1. ENSINAR É UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A CIDADANIA

Tomando o aluno como ponto de partida, percebemos que mesmo antes de receber a educação “formal”, de ir para escola, os alunos constroem ideias sobre o mundo, e este conhecimento é a primeira impressão de mundo que este aluno possui. Os conteúdos programáticos e as metodologias de ensino devem estar em consonância com as propostas da educação formuladas pelo MEC, mas devem também perceber as necessidades dos alunos, além de perceber os desafios propostos para uma formação integral deste aluno, acreditando que o ensino regular proporciona a construção do conhecimento reflexivo, crítico, ético e fundamentado no crescimento individual e coletivo.

A inclusão, segundo LUIZ, SILVA E ROCHA (2008), é um processo que está ocorrendo nas escolas com o intuito de ajudar os alunos com necessidades especiais a se adaptarem ao meio escolar acompanhando o desenvolvimento intelectual e social juntamente com outras crianças, sejam elas portadoras de tais necessidades ou não. Há uma grande discussão girando em torno deste tema, pois algumas pessoas acreditam que as crianças especiais precisam estudar em uma escola especial que atenda somente alunos portadores de necessidades especiais, enquanto outras possuem uma opinião totalmente diferente e acreditam que se esses alunos estiverem acompanhados com outras crianças ditas “normais” eles terão um melhor desempenho, tanto na aprendizagem quanto no relacionamento social.

Nos países estrangeiros, a educação especial e inclusiva já se tornara conhecida, porém no Brasil, esta ideia, segundo LUIZ, SILVA e ROCHA (2008), iniciou-se no século XIX pelos conhecimentos adquiridos por governadores que se interessaram por esta educação voltada para portadores de necessidades especiais, tendo como base os países europeus.

A ideia de formar o povo brasileiro dentro dos conceitos de brasilidade, e nacionalidade abarcava os conteúdos didáticos, mas, mesmo assim, não havia uma preocupação com as metodologias. Alunos PNE não eram nem mesmo mencionados, pois estavam à margem da sociedade. Segundo MENDES (2002) pessoas com necessidades especiais eram vistos como um prejuízo para a

sociedade, e não figuravam dentro das escolas, das festas. Enfim, tinham seu lugar cativo dentro das casas e provavelmente escondidos.

Dentro das escolas alguns professores conhecem sua responsabilidade de ensinar não apenas para alunos ditos “normais” e muito mais do que apenas planejar ou simplesmente executar atividades pedagógicas, o professor tem a responsabilidade de ajudar o aluno a fazer conexões entre o saber que lhe é ensinado na escola com seu contexto social.

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. [...] Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a serenidade. (FREIRE, 1996, p.24).

Assim, a partir dessa ideia sobre o ensino, a formação do professor tem, como uma das finalidades, abrirem novas perspectivas no processo de escolarização dos alunos da educação básica. Por meio de atividades extracurriculares propostas, em diversos espaços educativos, além do escolar, contemplam-se a formação inicial e continuada do professor e, a abertura de campos para novas experiências pedagógicas com os alunos.

As dificuldades e superações dos alunos devem fazer parte do cotidiano do professor, que, respeitando os limites, acompanha o nível de desenvolvimentos dos alunos, além de seus interesses e as habilidades.

O cotidiano escolar se apresenta sempre com uma enorme diversidade cultural e social. Esta “diversidade” se constitui como um dos assuntos discutidos em nossa formação acadêmica, além disso, procuramos sempre debater questões como metodologias, os livros didáticos, a participação do professor no processo ensino aprendizagem, a inserção dos temas transversais.

Quando o professor se encontra na sala de aula, com seus alunos e se depara com alunos especiais, percebe que não está preparado para tal “aula especial”, e então, não concebe estratégias/metodologias naquele momento, para ensinar alunos portadores de necessidades especiais.

Ao pensarmos sobre o processo de ensino-aprendizagem, não podemos deixar de falar na inclusão educacional dos alunos com necessidades especiais no ensino regular, pois cabe aos profissionais do ensino e a própria escola perceber as

necessidades desses alunos e adequar o espaço e as práticas pedagógicas as necessidades específicas.

FERREIRA (2006, p. 22), salienta que:

Os sistemas de ensino devem constituir-se em um setor responsável pela educação dita especial, sendo dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que deem conta de sustentar o processo de construção de uma educação inclusiva. A legislação sobre o ensino para portadores de necessidades é clara quando diz que deve-se levar em consideração os perfis dos estudantes, as características bio-psicossociais dos alunos e suas faixas etárias, pautando-se sempre de princípios éticos, políticos, assegurando a dignidade humana e o direito de cada aluno realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social.

As instituições de ensino básico e regular devem procurar a adequação de suas instalações a esta nova perspectiva. Pois se evidencia a necessidade da defesa de princípios e valores éticos, que não façam uso da discriminação, da inferioridade e da desigualdade de direitos.

Traçando uma breve retrospectiva histórica, segundo o MEC (BRASIL, 2006), sabemos que o trato com as crianças com necessidades especiais era visto como um trabalho isolado, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Estadual de Educação, do Estado de São Paulo, através da Deliberação nº 13/73, com fundamento no artigo 9º da Lei Federal nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971, que definia “os alunos excepcionais como sendo aqueles que devido à condição física, mental, emocional ou sócio-cultural, necessitam de processos especiais de educação para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades”

As escolas são espaços públicos, com ideais democráticos que precisam construir um currículo pedagógico que tente abarcar as necessidades dos alunos, dos professores, da comunidade escolar da melhor forma possível, tornando as leis possíveis de serem cumpridas.

A Constituição Federal constitui como um de seus alicerces a “*cidadania e dignidade da pessoa humana*” (art. 1º inc. II e III), e como uma de suas metas fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e credo. Também indica a ideia do direito à igualdade (art. 5º) e a educação para todos.

Inclusive a Constituição Federal de 1988 e as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.9.394/96 – estabelecem que a educação é direito de todos e que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter

atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. No entanto a Legislação, ao mesmo tempo em que ampara a possibilidade de acesso à escola comum, não define obrigatoriedade e até admite a possibilidade de escolarização que não seja na escola regular.

Tais direitos devem apontar para o pleno desenvolvimento do indivíduo e do seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Durante muito tempo, o ensino para portadores de necessidades especiais era condicionado a apresentação do aval da medicina, com a investigação do comprometimento do organismo e psicológico – e pela investigação do quociente de inteligência do indivíduo, que determina a sua capacidade de assimilação de informações. Para Piaget apud MOURA (2008), a inteligência como uma contínua adaptação biológica à vida; uma interação constante entre o organismo e o ambiente, que vai atingindo estados de equilíbrio cada vez maiores.

O exercício do ensino para alunos com necessidades especiais deve ser realizado, segundo a RESOLUÇÃO 95/2000, nas instituições de ensino básico e regular, não havendo mais a necessidade de uma separação desses alunos.

As instituições de ensino básico e regular devem procurar a adequação de suas instalações a esta nova perspectiva. Pois se evidencia a necessidade da defesa de princípios e valores éticos, que não façam uso da discriminação, da inferioridade e da desigualdade de direitos.

A inclusão segundo WERNECK (1997), é um sistema de organização de ensino que tem origem no princípio da normalização, onde o indivíduo tem suas necessidades atendidas. As diretrizes curriculares estabelecem que as escolas devem propiciar aos alunos portadores de necessidades especiais metodologias de ensino que consigam atender as tais necessidades e estas metodologias devem estar em consonância com as diretrizes curriculares oferecidas as escolas inclusivas, além de estarem incluídas no Projeto Político Pedagógico das escolas.

A Declaração Mundial de Educação para todos (1998, p. 02), é clara ao dizer que:

Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro; entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais

sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional.

A Declaração direciona os deveres dos profissionais da educação, dos governantes e das instituições de educação básica que entendem a educação como um direito fundamental e básico, a qualquer pessoa, independente da sua cor, raça, condição social. Direito que não é somente parte da sociedade dita “normal”, mas a todos que ambicionam com um futuro melhor, cheio de criatividade, onde haja interesse no crescimento social, cultural e intelectual dos alunos.

Para se pensar neste crescimento intelectual, sócio-cultural, nada melhor do que pensar na importância dada aos conteúdos programáticos e metodologias do ensino básico, que revelam um compromisso do Estado em garantir o acesso aos saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização e o exercício da cidadania para os alunos portadores de necessidades especiais.

ROUX, apud SOUZA (2006), sinaliza para o favorecimento de um possível diagnóstico de alunos PNE, para que este possa servir como fio condutor na habilitação de profissionais do ensino voltados também para alunos PNE. O mesmo autor acredita que este trabalho de classificação está desenvolvendo um sentimento de exclusão ainda maior em relação aos alunos PNE. A classificação pode criar a rotulação, que por si só pode criar o estereótipo de incapazes, de dependente.

De acordo com o comentário dos educadores, com a ajuda dos diretores e coordenadores pedagógicos e da família, a adaptação destes alunos ocorre de uma maneira tranquila, havendo um grande esforço de todos para que estes alcancem seus objetivos, evoluindo cada um no seu ritmo.

É imprescindível no trabalho com alunos portadores de necessidades educacionais especiais que o professor tenha, a princípio, algum conhecimento ou estudo sobre o assunto.

Acreditando que o trabalho de conscientização deva ser realizado nas escolas, mas não somente com os professores, mas com todos os profissionais da educação, para que não haja o perigo da rotulação. Pautado nas leis e idealizando uma educação igual para todas as pessoas, o governo deu início ao processo de inclusão para que as crianças portadoras de necessidades especiais pudessem

conviver juntamente com os outros alunos e desfrutassem dos mesmos direitos que as crianças consideradas “normais”.

Apesar de muitos professores não se sentirem preparados para exercer tal função, pois não tiveram na sua formação acadêmica um curso especializado no assunto, eles concordam com a inclusão desses alunos na rede regular de ensino, acreditando que todo ser humano, independente da cor, da situação financeira, tendo alguma necessidade especial ou não, possui direitos iguais, devem conviver juntos e que ao invés de enfatizar suas dificuldades, é necessário focar suas potencialidades.

CAPITULO II

2. FAMÍLIA: ELO ENTRE O EDUCADOR E O EXCEPCIONAL NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Sabe-se que ao longo da história, muitas famílias deixavam de dar o suporte devido aos membros que apresentassem alguma anormalidade, e dependendo do caso, muitas eram deixadas amarradas em casa para que o restante da família pudesse trabalhar e garantir o sustento dos demais.

No entanto com o passar do tempo, a cultura da população passou por uma significativa mudança e atualmente as famílias tem investido em campanhas voltadas ao bem estar e aos direitos dos membros com necessidades especiais.

Muitas vezes quando a família se depara com uma situação onde os planos deverão ser ajustados à situação real da criança que acaba de chegar com necessidades especiais, ou, em muitos casos, quando a família está fragilizada com um diagnóstico, não é fácil tomar atitudes que favoreçam diretamente à criança excepcional, e é necessário que haja o cuidado em transmitir à criança que ela se desenvolverá com todos os direitos e responsabilidades que qualquer outra, inclusive de trabalhar futuramente.

Falando sobre a família em momentos de crise, AMIRALIAN (2003. p. 49), diz: *“O diagnóstico de qualquer deficiência leva a família a uma crise”*, porém é importante que a família permaneça próxima e entusiasta de maneira que a criança tenha o apoio necessário ao seu desenvolvimento.

É a família que poderá por seus esforços ajudar o portador de necessidades especiais a ter seus direitos garantidos, inclusive no meio estudantil.

A família papel importantíssimo na vida do aluno excepcional. Toda a atenção, amor, carinho e dedicação devem ser dispensados à criança especial visando auxiliá-la em seu desenvolvimento.

A família deverá primar pelos direitos da criança especial e batalhar contra ações preconceituosas que infelizmente ainda impera em nossa sociedade.

Muitas pessoas veem a criança excepcional como um estorvo ou um peso; inclusive, muitas famílias veem o excepcional como um indivíduo gerador de

problemas e despreza essa criança privando-a de seus direitos mais básicos inclusive o de frequentar ativamente a ambientes sociais como escolas, por exemplo.

Falando sobre esse assunto, AMIRALIAN, (2003, p. 48), afirma que:

A criança excepcional passa a ser vista como geradora de problemas para o grupo familiar, sendo dificilmente aceita e considerada participante ativa das relações familiares. Isto a leva a uma posição isolada e marginal, que pode transferir para todas as outras situações sociais de que venha a participar (escola, vizinhança, etc.).

A sociedade de maneira geral deve estar preparada para levar o excepcional a vivenciar e desenvolver habilidade intelectual com base em modelos competentes levando-a a desenvolver vínculos que promova seu crescimento como um todo.

Esse tratamento que o excepcional receber possibilitará a ele uma visão de situações onde os vínculos interpessoais o valorize e o leve a criar modelos interpessoais de relações que primem pelo seu bem estar.

LEVINE (1989, p. 57), afirma que o modo como a criança pensa e usa uma habilidade intelectual depende dos modelos culturais de competência, enquanto o que ela sente e como atua em direção às pessoas com as quais possui vínculo depende dos modelos culturais de relações interpessoais.

A família deve ser o porto seguro do excepcional e favorecer sua estabilidade como indivíduo dentro da sociedade. Por ser a família o modo de relação mais complexo existente, ela tem a capacidade de causar impressões profundas no ser humano, e por esse motivo é tão imprescindível na formação de caráter e educação de um excepcional.

REY e MARTINEZ (1989, p. 143), afirmam que *“a família representa, talvez, a forma de relação mais complexa e de ação mais profunda sobre a personalidade humana, dada a enorme carga emocional das relações entre seus membros.”*

Ainda falando sobre o potencial da família de influenciarem na vida do excepcional, ASSUMPÇÃO JR. & SPROVIERI (2000. p. 110): pontuam que

A família é um modelo universal para o viver. Ela é a unidade de crescimento; de experiências; de sucesso e fracasso; ela é também a unidade da saúde e da doença.

SILVA e DESSEM (2001, o. 136) enfatizam que:

A família constitui o primeiro universo de relações sociais da criança, podendo proporcionar-lhe um ambiente de crescimento e desenvolvimento,

especialmente em se tratando das crianças com deficiência mental, as quais requerem atenção e cuidados específicos. A influência da família no desenvolvimento de suas crianças se dá, primordialmente, através das relações estabelecidas por meio de uma via fundamental: a comunicação, tanto verbal como não verbal.

Por se tratar de um grupo próximo do excepcional, é importante que a família proporcione situações que favoreçam o desenvolvimento da criança portadora de necessidades especiais, de maneira que a criança possa aos poucos se ajustar e aprender com a convivência entre os entes queridos.

Nas palavras de AMIRALIAN (2003. p. 47):

Do mesmo modo que as possibilidades do ajustamento satisfatório e desenvolvimento pleno das potencialidades de qualquer indivíduo estão em função do ajustamento e maior facilidade da família em propor condições adequadas, assim também a criança divergente terá tanto melhores possibilidades de ajustamento e desenvolvimento quanto mais sua família tiver condições de ajudá-la.

É compreensível que para muitas famílias não seja fácil lidar com o fato de ter um excepcional sob sua responsabilidade, no entanto a responsabilidade da família é extremamente grande no que diz respeito à formação do caráter dessa criança excepcional, e deve agir de maneira que a criança tenha à sua disposição suporte necessário ao seu desenvolvimento.

ASSUMPÇÃO JR. e SPROVIERI (2000. p. 111), enfatizam que “*A família tem a tarefa de educar, sustentar, proteger e socializar.*” Nesse contexto, deve-se enfatizar a necessidade de primar pelos direitos da criança, sobretudo quando se trata de direitos básicos como a educação saúde e cidadania.

A família é um elemento-chave, essencial não apenas para a “sobrevivência” de excepcionais, mas também para a sua proteção, para a socialização daqueles que compõem seu grupo, inclusive os excepcionais. A família deve transmitir saberes culturais, econômicos, etc. (CARVALHO e ALMEIDA, 2003).

Ainda falando sobre a proteção exercida pela família sobre a criança, e a necessidade dessa proteção por parte da criança excepcional, ARENDT (1961, p. 08), reforça que “[...] *a criança tem necessidade de ser protegida contra o mundo, o seu lugar tradicional é no seio da família.*”

A família deve oferecer essa proteção à criança e juntamente com as instituições educacionais devem batalhar pela inclusão social das mesmas, já que a família na pessoa dos pais deve promover e ir em busca da garantia dos direitos da

criança excepcional, e por lei têm o direito de optar pela educação que seus filhos receberão, sobretudo o filho que tenha alguma necessidade especial.

De acordo com a Declaração de Salamanca:

“[...] pais constituem parceiros privilegiados no que concerne as necessidades especiais de suas crianças, e desta maneira eles deveriam, o máximo possível, ter a chance de poder escolher o tipo de provisão educacional que eles desejam para suas crianças”. (UNESCO, 1996, p. 14).

A educação é um direito garantido por lei para toda criança, e segundo a Constituição brasileira de 1988, toda criança tem o direito ao ensino fundamental. *“Os brasileiros têm direito a oito anos de estudo, o que deve ser afeiçoado por responsabilidade pública e social”* (SPOSATI, 2000, p. 24).

Ainda falando sobre os direitos da criança à educação, a Declaração de Salamanca, afirma no que diz respeito aos princípios, de políticas e práticas na área dos portadores de necessidades educativas especiais que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional” (UNESCO, 1996, p. 01).

Conforme evidencia-se acima, a educação é um direito de toda criança, inclusive da criança com necessidades especiais ou crianças deficientes.

A resolução aprovada pela assembleia Geral da Organização Nacional das Nações Unidas em 09/12/1975, proclama os direitos das pessoas deficientes conforme descrito abaixo.

PROCLAMA esta Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, 1975, p. 01 a 03):

1 - O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida

individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.

2 - As pessoas deficientes gozarão de todos os direitos estabelecidos a seguir nesta Declaração. Estes direitos serão garantidos a todas as pessoas deficientes sem nenhuma exceção e sem qualquer distinção ou discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem social ou nacional, estado de saúde, nascimento ou qualquer outra situação que diga respeito ao próprio deficiente ou a sua família.

3 - As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível;

4 - As pessoas deficientes têm os mesmos direitos civis e políticos que outros seres humanos: o parágrafo 7 da Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas.

(*) aplica-se a qualquer possível limitação ou supressão destes direitos para as pessoas mentalmente deficientes.

5 - As pessoas deficientes têm direito a medidas que visem capacitá-las a tornarem-se tão autoconfiantes quanto possível.

6 - As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos próféticos e ortóticos, à reabilitação médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de colocação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades e que acelerem o processo de sua integração social.

7 - As pessoas deficientes têm direito à segurança econômica e social e a um nível de vida decente e, de acordo com suas capacidades, a obter e manter um emprego ou desenvolver atividades úteis, produtivas e remuneradas e a participar dos sindicatos;

8 - As pessoas deficientes têm direito de ter suas necessidades especiais

levadas em consideração em todos os estágios de planejamento econômico e social;

9 - As pessoas deficientes têm direito de viver com suas famílias ou com pais adotivos e de participar de todas as atividades sociais, criativas e recreativas. Nenhuma pessoa deficiente será submetida, em sua residência, a tratamento diferencial, além daquele requerido por sua condição ou necessidade de recuperação. Se a permanência de uma pessoa deficiente em um estabelecimento especializado for indispensável, o ambiente e as condições de vida nesse lugar devem ser, tanto quanto possível, próximos da vida normal de pessoas de sua idade.

10 - As pessoas deficientes deverão ser protegidas contra toda exploração, todos os regulamentos e tratamentos de natureza discriminatória, abusiva ou degradante.

11 - As pessoas deficientes deverão poder valer-se de assistência legal qualificada quando tal assistência for indispensável para a proteção de suas pessoas e propriedades. Se forem instituídas medidas judiciais contra elas, o procedimento legal aplicado deverá levar em consideração sua condição física e mental.

12 - As organizações de pessoas deficientes poderão ser consultadas com proveito em todos os assuntos referentes aos direitos de pessoas deficientes.

13 - As pessoas deficientes, suas famílias e comunidades deverão ser plenamente informadas períodos os meios apropriados, sobre os direitos contidos nesta Declaração.

Conforme nota-se acima as crianças com necessidades especiais tem seus direitos garantidos, e nessa ótica, a família deve favorecer sua inclusão inserindo-a em ambientes acolhedores que possibilitem um desenvolvimento satisfatório.

A família deve ser o elo entre a criança especial e a escola. Deve atuar juntamente com a escola e sua equipe multidisciplinar de maneira a favorecer vada vez mais o desenvolvimento da criança, e propiciar a ela situações que a levem a compreensão de seu papel, de maneira que ela possa se familiarizar e sentir-se livre para pensar e aprender.

Os pais devem auxiliar as instituições escolares deixando-as a par da real situação da criança de maneira que ajude a instituição escolar a oferecer propostas que sejam compatíveis às necessidades reais da criança com base nos propósitos da instituição. Não importa se a criança está matriculada em uma escola especial ou em uma instituição regular de ensino, a criança *“tem que participar de propostas educacionais compatíveis com os propósitos da instituição escolar”*. (CRUZ, VECHIATTO e ASPILICUETA 2004, p. 07).

É evidente que a inclusão social deve acontecer e que a criança com necessidades especiais de educação deve ser inserida no mundo cotidiano para que possa se desenvolver e vivenciar situações que lhe favorecerão o pensar e o desenvolvimento de uma visão mais ampla de mundo. No entanto é importante que a família esteja inserida nesse processo de inclusão de seus entes na sociedade e garantir que seus direitos não sejam estabelecidos apenas no papel, mas, sobretudo no dia a dia da criança.

CAPITULO III

O PROFESSOR E O ALUNO “ESPECIAL”: METODOLOGIAS EM DISCUSSÃO

Neste capítulo partiremos para uma outra fase da pesquisa. Voltamos nossa atenção para as vozes de 3 (três) professoras que atuam em uma escola estadual da cidade de Araputanga MT: Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima.

As professoras entrevistadas atuam diretamente em sala de aula e tem, em seu cotidiano a pluralidade escolar evidenciada. No decorrer da pesquisa monográfica, os questionamentos, as hipóteses, as observações fizeram parte das nossas considerações para compor o roteiro das entrevistas, pensando primeiramente no contexto e no espaço em que estas professoras trabalham e seguindo as perguntas do roteiro, procuro entender se existem dentro da sala de aula, metodologias desenvolvidas por estas professoras para atender os alunos ditos especiais, para que o processo ensino-aprendizagem seja algo efetivo e não somente teórico.

As professoras entrevistadas possuem perfis profissionais diferenciados, sendo que a primeira professora entrevistada será chamada de professora “A” e tem 10 anos de carreira. Atualmente atua na Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima, com alunos do Ensino Regular tendo a experiência de trabalhar com alunos ditos “normais” e com alunos portadores de necessidades especiais, no decorrer da sua carreira.

A segunda professora entrevistada será chamada de Professora “B”, que possui cerca de 5 anos de profissão e trabalha com ensino fundamental da Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima. A terceira e última professora será chamada de Professora “C”. Esta possui 3 anos de experiência em sala de aula e trabalha com ensino fundamental na Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima

Para as professoras entrevistadas foram feitas perguntas relacionadas ao cotidiano em sala de aula, que abarcam o assunto das metodologias e o entendimento das necessidades especiais. Foi questionado às professoras o que elas entendem por aluno portador de necessidades especiais. A professora “A” respondeu que:

Os alunos portadores de necessidades especiais são aqueles alunos deficientes mentais, que agora tem que ficar na sala com o resto dos alunos. Eles não aprendem como os outros; são lentos, têm umas perturbações, umas coisas que eu não entendo. Eu acho que eles deveriam ficar lá na APAE que tem mais entendida nisso. (Professora “A”)

Seguindo o roteiro da pesquisa, a professora “B” salienta que:

Os alunos PNE são alunos que possuem algum tipo de dificuldade para aprender, mas eles são crianças boas. Eu tenho um aluno assim, ele é bonzinho, faz as tarefas, não me dá trabalho. Mas também não parece entender bem as coisas que eu falo. (Professora “B”)

As opiniões dessas duas últimas professoras são parecidas, mas a professora “C” deixa evidente o seu desconhecimento a respeito desse assunto:

Eu não sabia que eles podiam frequentar as salas de aula junto com os alunos normais; eles são alunos deficientes que falam pouco e eu não sei se eles conseguem aprender a matéria que a gente passa para eles. (Professora “C”)

Percebemos que as professoras possuem opiniões formadas a respeito, mas, aparentemente limitadas. Estas ideias do que sejam os alunos PNE são importantes para que o professor saiba como tratar os alunos. Para as professoras B e C, são alunos com limitações, bonzinhos e que provavelmente não dão trabalho na sala de aula. A ideia de ter um aluno “bonzinho” possui a conotação de aluno que não questiona, que aceita as aulas como estão postas.

Já a professora “A”, acredita que estes alunos são pessoas “perturbadas”, com grande deficiência de aprendizagem, deficientes mentais. Percebe-se em sua fala que estes alunos podem influenciar negativamente no processo ensino-aprendizagem dos outros alunos e que o lugar deles é na APAE, que possui gente “preparada” para trabalhar com crianças “perturbadas”.

ROUX, apud SOUZA (2006), sinaliza para o favorecimento de um possível diagnóstico de alunos PNE, para que este possa servir como fio condutor na habilitação de profissionais do ensino voltados também para alunos PNE. O mesmo autor acredita que este trabalho de classificação está desenvolvendo um sentimento de exclusão ainda maior em relação aos alunos PNE. A classificação pode criar a rotulação, que por si só cria o estereótipo de incapazes.

Segundo SOUZA (2006), somente um profissional pode detectar as dificuldades e “perturbações” em uma criança PNE, e estas podem ser feitas a partir das séries iniciais. Mas mesmo sendo detectadas tais dificuldades de aprendizado, estas crianças devem permanecer juntamente com crianças que não apresentem PNE, para que sua aprendizagem possa crescer e acompanhar outras crianças. SOUZA (2006), ainda diz que o convívio de crianças e adolescentes PNE’s com outros da mesma faixa etária pode ajudá-los no crescimento intelectual.

Questionadas se estas possuem alunos portadores de necessidades especiais e qual o tipo de necessidade especial, as professoras responderam que dão aula para duas alunas especiais, surdas e que ministram suas aulas através de uma intérprete na sala de aula.

Para a professora “C” suas alunas são crianças tranquilas em sala de aula, as vezes interessadas, mas apresentam uma certa lentidão no entendimento das matérias. A cada capítulo preciso da ajuda da intérprete para conseguir ensinar alguma coisa.

Dentro das escolas, são identificados alunos com necessidades especiais do tipo leve, pois estes apresentam uma resposta maior com relação à “*intervenções pedagógicas*”, (SOUZA, 2006, p.05).

Para SOUZA (2006), é necessário identificar o nível e o tipo de necessidades especiais para que os professores possam projetar o ensino de alunos especiais. Como já foi dito anteriormente, os estereótipos também criam um processo de exclusão em relação a alguns profissionais da educação, pois estes não se acham responsáveis por ensinar um aluno PNE.

No questionário, pergunto se elas já receberam algum tipo de preparo para trabalhar com alunos portadores de necessidades especiais.

A professora “A” é clara em sua entrevista em dizer que em sua formação não recebeu nenhum tipo de preparo para ensinar alunos portadores de necessidades especiais.

Quando eu me formei a gente aprendia a dar aula para alunos ditos normais, pessoas assim como nós. Alunos com deficiência não eram considerados público alvo das formações. Depois que eu me formei, fiz alguns cursos e me especializei. Aqui na escola tem um curso de libras para os professores da escola e para alunos,

além da ajuda da intérprete na sala de aula. Hoje em dia é necessário especializar em algo voltado para educação inclusiva, pois não sabemos que será nosso público amanhã. (professora “A”)

A professora “B” apresentou outra forma de responder:

Durante a minha graduação eu não recebi nenhum tipo de preparo exclusivo para dar aula para os portadores de necessidades especiais. A UNEMAT nunca me apresentou nenhuma metodologia voltada para esse tipo de aluno. Depois que me graduei vi alguns cursos pela internet em outra universidade que era voltada para esse tema. Mas nunca fiz nenhum curso preparatório não. Eu faço um curso de libras voltado para os professores. Só que esse curso, agora que você está me perguntando, parece ser específico apenas para um tipo de aluno portador de necessidades especiais, e eu nunca vi nenhum voltado para metodologias não. (professora “B”)

E a Professora “C” se mostrou surpresa em saber dessa perspectiva de metodologias voltadas para o ensino de alunos PNE:

Bom, eu não aprendi nada desse tipo na UNEMAT, pelo contrário. As aulas de didática e de estágio eram meio confusas, com algumas aulas que não ensinavam nada. E quando fomos para as escolas foi uma experiência horrível, proporcionada pela falta de preparo que tínhamos. Depois que saí do meu curso eu nunca vi nenhum curso voltado para metodologias de ensino para portadores de necessidades especiais. Você deve ter percebido que até nos duas nos encontrarmos, esse tema era uma total novidade para mim, e não acredito que tenha algo preparado, ou escrito a respeito. (professora “C”)

É evidente o desconhecimento por parte dos professores sobre o tema tratado nesse trabalho. Os alunos portadores de necessidades especiais são um tipo de “público” ainda pouco conhecido e tratado dentro da academia.

As disciplinas de didática são direcionadas para cada curso, utilizando como base teórica autores e textos com a intenção de formar o profissional da educação. As disciplinas de Didática além de Estágios supervisionados não possuem dentro de sua grade, nenhuma menção aos alunos portadores de necessidades especiais. Não que no decorrer do curso não aprendemos a criar metodologias para ensinar nas salas de aula, com a intenção de despertar o interesse e a vontade de aprender dos

alunos. Mas esse aluno “especial” não pode ser visto e ensinado utilizando os mesmo métodos dispensados aos outros alunos.

A classificação do nível de deficiência dos alunos pode ajudar os professores a planejar suas metodologias, mas segundo SOUZA (2006), esta prática não vem acontecendo e os alunos PNE continuam sendo tratados ou com piedade, ou mesmo com descaso. As professoras deixaram claro que não foram preparadas e pouco veem essa discussão nos ambientes acadêmicos. A cada encontro, mini-curso, seminários, ou mesmo especialização, as metodologias para a realidade das salas de aula são suplantadas por outras questões, que não deixam de ter sua importância, mas que também não resolvem esse “problema” de : como dar aula para alunos portadores de necessidades especiais, tendo em vista a ideia principal do ensino de História?

E como faremos para ambientar o aluno PNE se não nos permitimos estudar sobre o assunto, deixando-os excluídos do processo ensino-aprendizagem dentro da sala de aula?

Continuando as entrevistas, pergunto a cada uma delas se estas encontram algum tipo de dificuldade em trabalhar com alunos PNE. A professora “A” respondeu que :

Eu não gosto muito de ter alunos assim dentro da sala não. Eu nunca sei o que fazer com eles. Eles são sempre muito lentos pra entender as coisas. Sabe, no ano passado eu tinha uma sala do terceiro ano que tinha um aluno assim. Como era difícil dar aula pra ele. Ele toda hora me interrompia, queria saber mais do que eu e falava coisas que não tinha nada com nada. Eu acredito que sem a ajuda da intérprete seria quase impossível dar aula naquela sala. (professora “A”)

A professora “B” responde que:

Eu tenho e já tive alguns alunos assim, mas não encontrei dificuldades não, porque, como eu já disse eles são bonzinhos e não dão trabalho. Eu sempre fico em dúvida se eles aprendem alguma coisa, pois sempre nos olham com uma carinha de dúvida, de interrogação mesmo. Mas não vejo nenhuma dificuldade não, até agora. (professora “B”)

Já a professora “C” foi bem enfática:

Eu tenho alunos PNE's, mas eles não dão trabalho, é apenas mais um aluno dentro da sala de aula.(professora "C")

É possível perceber nas falas das professoras que o aluno portador de necessidades especiais pode ser "admoestado". As professoras acreditam que este aluno pode não oferecer nenhum tipo de problema, pois não contestam, são "bonzinhos", aceitam as aulas como são dadas. A preparação dos professores não seria contestada e nem deixaria lacunas. Alunos ditos "normais" conseguem provocar o professor, e fazer dele um bom ou mal profissional. Já o aluno PNE, não "daria trabalho" ao professor.

Ainda no contexto das metodologias, pergunto às professoras se estas estariam dispostas a fazer cursos que visassem metodologias de ensino para alunos Portadores de Necessidades Especiais:

Aceito sim, aprender é sempre bom. Gosto de aprender, mas o problema que aqui em Cáceres não tem isso. Se tiver esses cursos, só lá em Cuiabá a fora. E deve ser muito caro. Sabe Ana, o Estado não se preocupa muito com eles não. Veja bem, criaram as leis, colocaram no papel e disseram para nós assim: "se virem". Quando tem algum curso é específico, direcionado para um tipo de problema e não resolve nada de verdade. E você acha que o Estado ta ligando? Não está. Pergunta para qualquer professor aí, quantos cursos o CEFAPRO disponibilizou esse ano pensando que existe ou não deficientes nas salas de aula? Eu não vi nenhum.(...) Eu faço os cursos que aparecerem porque senão a gente perde ponto e outro professor vem e pode ficar com as aulas da gente. Mas pode acreditar que desse nível aí que você me perguntou, ou melhor que vocês que estão se formando agora imaginam, não tem e nem vai ter, porque não interessa muito.(professora "A")

A professora "B" pensa um pouco e responde:

Professora, não sei quem me disse que no Sul tem esses cursos. Tem até exame de proficiência em libras, mas acho que é caro e muito longe. Se tivesse esses cursos aqui por perto, provavelmente eu faria. Hoje em dia não dá pra ficar escolhendo, as coisas não estão fáceis e quanto mais você se qualificar, melhor pra sua vida profissional. Além disso, você tem que criar condições de dar uma boa aula pra sala inteira. Quando você tem um aluno que não responde aos estímulos tudo pode acontecer.

Pergunto, para a professora sobre o que pode acontecer, e esta me responde:

Ah, os pais desse aluno pode te acusar de preconceito e aí sua vida profissional acabou. (professora “B”)

As professoras acreditam na necessidade de uma atualização profissional, mas as motivações de cada uma são distintas. A professora “A” acredita que seja bom fazer um curso para saber lidar com alunos PNE, mas vê também a inviabilidade deste processo, pois ainda não viu nada assim. Além disso, vê o Estado apenas com o papel teórico das leis, pois mesmo com inúmeras legislações existentes no Brasil, o PNE ainda sofre a exclusão e não faz força para “incluir” o aluno PNE na vida escolar.

Sabe o que as Diretrizes Nacionais para Educação Especial diz sobre a Inclusão?

Inclusão: representando um avanço em relação ao movimento de integração escolar, que pressupunha o ajustamento da pessoa com deficiência para sua participação no processo educativo desenvolvido nas escolas comuns, a inclusão postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero, características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada.

A educação especial é amparada legalmente, além de ser vista com grande importância, mas o que ressalta a professora “A” é que, apesar das leis e das Declarações, de todos aqueles que se dizem a favor da inclusão, esta não acontece como deveria. A professora “A” salienta que há a falta de estímulos e de cursos que abarquem a temática, e, novamente, a “culpa” pelo “descaso” recai sobre a figura do professor, que, mesmo que se atualize, faça os cursos de formação continuada, não recebem temas/discussões relacionados aos PNE’s como deveriam receber.

A professora “B” também se coloca pronta a fazer algum curso direcionado, mas as questões financeiras e de localização não chamam a atenção do professor, que não vê nos órgãos promotores dos cursos de formação continuada local

interesse no tema. Chamou-me a atenção a ideias do preconceito que os alunos PNE's ainda sofrem que, além de "sofrerem" com suas próprias limitações, ainda podem ser vítimas de preconceitos. Assim, a professora "B" relaciona a necessidade de metodologias específicas para estes alunos e o combate ao preconceito que pode ser percebido nas instituições escolares, mas não só nesta. A sociedade ainda não está totalmente livre deste sentimento.

A professora "C" acredita também na necessidade das metodologias específicas, porém deixa claro que não acredita que tão cedo, poderemos visualizar cursos sobre metodologias para PNE's.

Nesse contexto, as entrevistas possibilitaram um reconhecimento do cotidiano escolar, vivido e percebido através da prática dessas professoras com seus alunos. Percebemos que em algum momento da sua formação, elas tiveram esperanças, vontades, criatividade, mas para algumas, esse tempo passou e, infelizmente, a disposição deu lugar ao cansaço, mas não a estagnação. Todas as três professoras estão dispostas a sempre se atualizarem, mas deixam claro que isso não depende somente dos profissionais da educação. Os órgãos responsáveis pela formação, têm um papel decisivo na construção do saber para os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que pensar em metodologias para alunos portadores de necessidades especiais não seria algo fácil, pelo contrário, despenderia algum tempo e dedicação de professores e órgãos responsáveis pela formação dos professores. Esta perspectiva de inovação deveria fazer parte dos currículos dos cursos de História, pois, fazendo menção a introdução deste trabalho, não só o pedagogo tem como aluno os portadores de necessidades especiais. Não escolhemos quem entra na nossa sala, ou mesmo podemos direcionar nosso “ensinar” a somente uma parcela dos alunos. Somos responsáveis por uma sala inteira, e com a diversidade/pluralidade que esta pode apresentar.

Durante todo o texto, tento evidenciar a importância do ensino para alunos portadores de necessidades, tendo em vista a compreensão de que somente sendo cidadãos críticos e formadores de opinião estaremos lutando contra a exclusão e trazendo para as salas de aula a ideia da Inclusão. Mesmo assim, nossos currículos e metodologias precisam ser reestruturados, mudando totalmente o caráter das escolas e dos professores. As leis como estão postas, determinam o que fazer e como fazer e até mesmo quem deve fazer parte da inclusão educacional, mas somente os sujeitos podem desenvolver as ações.

Percebemos que, estudando as características dos alunos portadores de necessidades especiais, de acordo com as dificuldades apresentadas por cada um deles, os professores de história não podem e nem devem desistir do desafio de fazer com que eles percebam sua importância na sociedade, perceber que são sujeitos históricos independentes de suas limitações. Acredito também que de limitações também são feitos os homens, somente, ficam mais evidentes em alguns e menos em outros.

O professor deve se preocupar com o novo perfil das escolas. Deve em todo momento ter um caráter inclusivo, onde não podemos nos preocupar com raça, cor, evitando o preconceito e as classificações. A partir das entrevistas, posso perceber que este mesmo professor pode, mesmo que não encontre em sua formação inicial, procurar metodologias de ensino para alunos PNE's tornando a vida escolar deste aluno muito mais “importante”, pois ele também estará se

sentindo parte da História, integrante da sociedade.

Este trabalho não seria algo fácil, mas o que seria fácil para quem quer construir conhecimento e formar opiniões? SOUZA (2006, p. 28), acredita que as escolas devem investir, promovendo oportunidades encurtando *“as distâncias entre a aprendizagem real e a potencial, de forma a favorecer a superação constante das dificuldades.”*

Enfim, posso dizer que estamos apenas iniciando este percurso, mas algumas conclusões não necessitam de muito tempo para serem tiradas, necessitam apenas de muita pesquisa. O professor deve sempre procurar se atualizar e continuar pesquisando, fazendo e refazendo novas metodologias para ensinar perante a pluralidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. **Psicologia do excepcional**. Temas básicos de psicologia. Vol. 8. Memnon. São Paulo: 2003.

ARENDT, Hannah. **A crise na educação**. Between Past and Future: Six Exercises in Political Thought, New York: Viking Press, 1961. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/hanna_arendt_crise_educacao.pdf>. Acesso em maio de 2015.

ASSUMPÇÃO Jr. Francisco B.; SPROVIERI, Maria Helena. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. E.P.U. São Paulo: 2000.

BITTENCOURT, Circe. **Capitalismo e cidadania nas atuais propostas curriculares de história**. In: **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Repensando o ensino).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Orientações curriculares para o ensino médio**: Brasília: MEC/SEF, 2006.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, 1998.

_____. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Ministério da Educação e Cultura. 1996. Disponível em: <<http://mec.gov.br>>. Acesso em abril de 2015.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social**. São Paulo em Perspectiva, 17(2): 109-122, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acesso em abril de 2015.

CRUZ, Gilmar de Carvalho; VECHIATTO, Sueli Casteluzzi; ASPILICUETA, Patrícia. **Educação física e pessoas com paralisia cerebral**: proposta de intervenção. Revista sobama. Dezembro de 2004, vol. 9. Nº1, 7-17. Disponível em: <<http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/sobama/sobamaorg/vol9no12004resumos.pdf>>. Acesso em abril de 2015.

FERRREIRA, Júlio Romero. **Educação especial, inclusão e política educacional**: notas brasileiras. In: RODRIGUES, David. (org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LEVINE, R.A. **Cultural environments in child development**. In: DAMON, W. (Org.), **Child development today and tomorrow**. San Francisco:: Jossey-Bass, 1989.

LUIZ, Eliana Mendes; SILVA, Juliano de Castro; ROCHA, Rita de Cássia. **Inclusão: a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas públicas e particulares**. 2008. [Trabalho de Conclusão de Curso]. Disponível em: <[https://www.google.com.br/webhp?hl=pt-BR#hl=pt-BR&q=\)2C+iniciou+se+no+s%C3%A9culo+XIX+pelos+conhecimentos+adquiridos+por+governadores+que+se+interessaram+por+esta+educa%C3%A7%C3%A3o+voltada+para++portadores+de+necessidades+especiais2C+tendo+como+base+os+pa%C3%ADses+europeus.](https://www.google.com.br/webhp?hl=pt-BR#hl=pt-BR&q=)2C+iniciou+se+no+s%C3%A9culo+XIX+pelos+conhecimentos+adquiridos+por+governadores+que+se+interessaram+por+esta+educa%C3%A7%C3%A3o+voltada+para++portadores+de+necessidades+especiais2C+tendo+como+base+os+pa%C3%ADses+europeus.)>. Acesso em 12 abr. 2015.

MENDES, E.G. Desafios atuais na formação do professor de educação especial. In: **Revista Integração**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Especial, no. 24, p. 12-17, 2002.

MOURA, Liliana Karla Jorge e JORGE, Antonio Carlos. **Processo de ensino e aprendizagem**. Cáceres: EdUnemat, 2008.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração dos direitos das pessoas deficientes**. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf>. Acesso em abril de 2015.

RESOLUÇÃO 95/2000. Disponível em: <www.cedipod.org.br/resolu95.htm>. Acesso em 12 nov. 2008.

REVISTA Nova Escola, edição 165, set. 2003.

REY, F.G.; MARTINEZ, A.M. **La personalidad: su educación y desarrollo**. La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1989.

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Deficiência Mental e Família: Implicações para o Desenvolvimento da Criança**. Psicologia: Teoria e Pesquisa. maio-ago. 2001, Vol. 17 n. 2, pp. 133-141. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n2/7873.pdf>>. Acesso em abril de 2015.

SPOSATI, Aldaíza. **Exclusão social e fracasso escolar**. Pontos de vista: o que pensam outros especialistas. Brasília, Em aberto, vol. 17, nº 71, p. 21 a 32, janeiro de 2000. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1071/973>>. Acesso em maio de 2015.

SOUZA, Olímpia Maluf. **Fundamentos teórico-metodológicos na área de deficiência mental**. Sinop: UNEMAT, 2006.

UNESCO. “Declaração de Salamanca” e “linha de ação sobre necessidades educativas especiais”. Brasília, Corde, 1996.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das**

necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Brasil, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em fev.2015. 2008.

VERENA, Alberti. **O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho, na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

ANEXOS

ROTEIRO DE PESQUISA

1 – Em sua opinião o que é um Portador de necessidades especiais – PNE?

2 – Você tem em sala de aula alguma aluno PNE?

3 – Você recebeu algum tipo de preparo para trabalhar com PNE?

4 – Você encontra algum tipo de dificuldade para ensinar as crianças PNEs?

5 – Você estaria disposto(a) a fazer cursos que visem metodologias de ensino direcionadas aos alunos Portadores de Necessidades Especiais?

6 – Você Sabe o que as Diretrizes Nacionais para Educação Especial diz sobre a Inclusão?

Obrigada por sua colaboração.